

**A REFORMA DO ENSINO MÉDIO (Lei nº 13.415/17) EM GOIÁS:
O CASO DO CENTRO DE ENSINO DE PERÍODO INTEGRAL – CEPI
PROFESSOR PEDRO GOMES**

Hemanuelle Di Lara Siqueira Jacob
Faculdade de Educação (UFG)
professorahemanuelle@discente.ufg.br

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa em nível de doutorado que tem por objetivo investigar as implicações, impactos e efeitos da Reforma do Ensino Médio (EM) em Goiás, chamado Novo Ensino Médio (Lei nº 13.451/2017), no Centro de Ensino de Período Integral – CEPI Professor Pedro Gomes, escola “piloto” para implementação do período integral para o EM e referência para a implementação do Novo EM. O CEPI – Professor Pedro Gomes é uma escola pública da rede estadual de ensino localizada no Setor Campinas, bairro tradicional da cidade de Goiânia. A escolha desta unidade de ensino passa por alguns pontos fundamentais, tais como: trata-se de uma escola “piloto” no estado de Goiás, responsável pela implantação do período integral para o EM, sendo concomitantemente escola piloto para a implementação do projeto do Novo EM.

O CEPI Professor Pedro Gomes, em 2018, foi classificado como uma das melhores escolas de ensino integral do Brasil, segundo os estudo sobre Excelência com Equidade no EM, realizado pela IEDE (Interdisciplinaridade e Evidencia no Debate Educacional), Fundação Lemann, Itaú BBA e Instituto Unibanco. Ainda em 2018, participou da solenidade do prêmio da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência – SBPC recebendo o mérito de Amigos da Ciência. O CEPI Professor Pedro Gomes, obteve 6,2 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em 2020. Nota que foi superior à média nacional (3,8) e a média goiana, (4,3).

Com a aprovação da Lei nº 13.451/2017 muito tem se produzido sobre os desdobramentos e implicações desta reforma para a educação brasileira e sociedade em geral. Estudos demonstram a associação, desta reforma à racionalidade neoliberal (Weinheimer e Wanderer, 2021), à formação de capital intelectual para a sociedade do conhecimento (Giovanni, Bordin e Urpia, 2022), ao aprofundamento das desigualdades sociais e caráter antidemocrático desta reforma (Resende et al, 2022), ao esvaziamento

de conteúdos e disciplinas a partir da flexibilização do currículo (Lima e Maciel, 2018) e, por fim, aos interesses de organismos internacionais na manutenção de uma educação periférica e voltada para países em desenvolvimentos (Silva, 2018).

Desenvolvimento

A área da educação é alvo dos objetivos da classe dominante no sentido de manutenção e aprimoramento das diversas formas de exploração. Porém, em que pese a força dos mecanismos de reprodução social, a escola é também espaço de resistências e de contradições que podem se articular a um processo de transformação e emancipação social (Saviani, 2000). Segundo Braz e Neto (2006), o capitalismo é a forma orgânica e funcional do sistema econômico, enquanto o neoliberalismo é a fase atual, ou modo de regulação desse funcionamento. Portanto, o neoliberalismo se expressa de forma ideológica, comportamental e com estratégias mercadológicas para a fisiologia do capitalismo

A crise dos anos 1960 e 1970 foi a oportunidade perfeita para que os liberais retomassem conceitos jamais abandonados por estes, tais como os ataques a direitos sociais, a possibilidade de livre comércio, assim como a possibilidade de intensificar a lógica do mercado nos serviços considerados essenciais para a sociedade, como por exemplo, educação, saúde, segurança, lazer e cultura.

Quando trazemos esse debate para a área educacional, identificamos a teoria do capital humano como um instrumento de associação entre educação e economia, uma vez que esta teoria entende que educação é um potencializador para a capacidade de trabalho. Esse movimento ganhou força no mesmo período de ascensão e consolidação do neoliberalismo no mundo a partir do Consenso de Washington no final dos anos 1980. (Frigotto, 2010).

Segundo Frigotto (2010), com o processo da reestruturação produtiva no Brasil nos anos 1990, as categorias empresariais neoliberal, tais como eficiência, eficácia, produtividade, competitividade e competência se configuram também agora no campo da educação. Nesse contexto, a teoria do capital humano se ajusta à reestruturação produtiva, consolidando agora como sociedade do conhecimento, que se expressa na pedagogia da alta qualidade, educação para multi-habilidades, policognição, polivalência e formação abstrata.

Diante o exposto buscaremos responder a seguinte **questão-problema**: Quais são as implicações, impactos e efeitos da implementação da Reforma do Novo EM em uma escola pública da rede estadual da cidade de Goiânia-GO? Por sua vez, o **objetivo geral** é analisar as implicações, impactos e efeitos da Reforma do EM em Goiás, tendo por base o caso do Centro de Ensino de Período Integral – CEPI Professor Pedro Gomes. Além disso, a investigação tem como objetivos específicos: a) Identificar a relação da reforma do Novo EM e os princípios e diretrizes neoliberais; b) caracterizar o EM em Goiás, bem como a elaboração e implementação da Reforma do Novo EM; c) identificar quais as implicações da reforma do Novo EM na gestão, no currículo, no trabalho docente e na reorganização do trabalho pedagógico da escola e na percepção dos estudantes.

Esta é uma pesquisa social exploratória de abordagem qualitativa que tem como objetivo fundamental buscar respostas por meio do método científico dialético ao problema apresentado. Conforme Gil (2008 p.26), a pesquisa social, tendo por base a metodologia científica, permite avançar no conhecimento da realidade social. Inicialmente a pesquisa se caracteriza como **documental**, abrangendo o nacional, o estadual (Goiás) e a escola campo, visando apreender a reforma do EM em suas determinações. Após, com a finalidade de alcançar o segundo objetivo a pesquisa se caracteriza como **bibliográfica**, uma vez que haverá o confronto dos fundamentos norteadores da reforma do Novo EM e os princípios e diretrizes neoliberais, a partir da análise da literatura crítica na área.

O terceiro momento faremos um **estudo do caso**, CEPI Professor Pedro Gomes, analisando a realidade a partir de categorias decorrentes da pesquisa bibliográfica em articulação com a empiria do caso, investigando assim, os caminhos da implementação na escola pesquisada. Entende-se que o estudo de caso exige trabalho exaustivo e de aprofundamento de um caso em particular (uma unidade), pois a etnografia é um método de pesquisa oriundo da antropologia social, cujo significado etimológico pode ser “descrição cultural” (Viegas, 2007, p.103).

CONCLUSÃO

Foi realizado a pesquisa documental e bibliográfica da implementação tanto no cenário nacional quanto estadual o que culminou na escrita do primeiro e segundo capítulo a seguir: **Capítulo I** – Neoliberalismo e reforma do Novo Ensino Médio: pontos

fundamentais e norteadores. **Capítulo II** – O “Novo” Ensino Médio no Brasil e em Goiás. O que pudemos identificar até o momento deste estudo é que houve uma movimentação através de aprovação de portarias e resoluções a nível federal e estadual para que a reforma fosse colocada “de pé”, porém, tanto a celeridade dos processos, falta de estrutura física e tecnológica das escolas brasileiras, a inaplicabilidade da Lei nº 13.415/17 na prática e a falta de acompanhamento técnico e pedagógico desencadeou dificuldades de compreensão da proposta por parte dos trabalhadores da educação e comunidade escolar, ocasionado impasses para o avanço de forma orgânica nos municípios brasileiros. Porém, em 2023, o CEPI Professor Pedro Gomes passou por várias adaptações para implementar a proposta do Novo EM e adaptá-lo a sua realidade decorrendo em vários arranjos curriculares que serão sistematizados nos Capítulo III em construção.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113415.htm Acesso: 11 janeiro 2023.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo - SP: Cortez, 6a ed. 2010, 231p.
- GIL, Antônio. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo- SP: Atlas,4a. ed, 2008, 176p.
- LIMA, Marcelo. MACIEL, Samanta Lopes. A Reforma do Ensino Médio do Governo Temer: corrosão do direito a educação no contexto de crise do capital no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** v. 23, e230058, p1-25, 2018.
- RESENDE, Fernanda. Mota. de Paula. Neoliberalismo e reforma do ensino médio brasileiro: ofensiva à democracia e aprofundamento das desigualdades sociais. **Revista Educação e Políticas em Debate** – v. 11, n. 3, p. 929-943, 2022.
- SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**, Campinas - SP 7ª. ed., Autores Associados, 2000, p162.
- VIEGAS, W. **Fundamentos lógicos da metodologia científica**. 3ª ed. rev. Brasília - DF: Universidade de Brasília, 2007, 241p.
- WEINHEIMER, Gisele.; Wanderer Fernanda. O (Novo) Ensino Médio na Visão dos Alunos: rastros da racionalidade neoliberal. **Revista Práxis Educacional** v. 17, n. 48, p. 517-535,2021.